

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSP

CLASS. : H2R00316

DATA : 01 09 87

PG. : A-3

## Curiosas distorções

LYSÂNEAS MACIEL

*Era uma vez um czar naturalista que caçava homens. Quando lhe disseram que também se caçavam borboletas e andorinhas, ele ficou muito espantado e achou uma barbaridade.*  
Carlos Drummond de Andrade

**F**omos surpreendidos estes dias pela avalanche de notícias que principalmente o jornal "O Estado de S. Paulo" divulgou de maneira canhestra e intencionalmente tendenciosa a respeito do que chamou de interferência, ingerência estrangeira do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e da participação indevida do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) nos negócios do Estado, no que tange às terras indígenas.

Curiosamente, na Câmara, vários parlamentares que sempre se calam quando os representantes do capital estrangeiro —via multinacionais— dilapidam, invadem e saqueiam o país, se encheram de "brío" e "ardor cívico" na defesa dos interesses nacionais e até CPIs foram requeridas pelos conhecidos latifundiários desta casa, o que mostra ação inequivocamente ligada a interesses pecuniários e de exploração de nações indígenas (brasileiros legítimos); uma ação que, sabemos, será genocida.

Na comissão em que fui relator foi proposta a outorga de cidadania aos índios, uma proposta aparentemente sadia. Mas a retirada da proteção especial aos indígenas poderá significar a extinção de sua etnia. Recusei a proposta, pois a mesma teria idêntico sabor àquela existente em uma lei francesa que foi considerada um avanço na época e que dizia: "É proibido tanto ao rico quanto ao pobre furtar pão e dormir debaixo da ponte".

Este o tipo de igualdade que se pretende dar aos índios conforme está implícito na CPI requerida

pelo "antropólogo" Roberto Cardoso Alves.

Isto significa que é necessário buscar sempre o que há por atrás dos discursos. É preciso saber em nome de quais interesses têm falado os "representantes do povo".

As acusações de ingerência são falsas, por várias razões: o CMI não se intromete nos assuntos internos de nenhum Estado em função da natureza de sua atuação: trata-se de organismo ecumênico que age através das igrejas filiadas em ações tais como: desarmamento, descolonização, direitos humanos, Unesco, Unicef e Unicead. Seu trabalho é feito por intermédio de posições reconhecidamente humanitárias que não incluem pressões sobre governos ou "lobbies" internos à vida partidária de qualquer país.

O que existe, na verdade, é um conjunto de igrejas que não concorda mais com a conivência e a passividade com que determinadas religiões tratam de assuntos tão prementes como miséria, exploração, fome e genocídio.

Há uma pergunta que ajudaria a situar o problema: Qual o proveito que teriam o Conselho Mundial de Igrejas e/ou o Conselho Indigenista Missionário se o solo indígena for preservado? Se não o for quem lucrará?

Para que possamos ter uma idéia do atual quadro de exploração do subsolo brasileiro, passamos a recorrer a informações recentemente publicadas em "O Subsolo Brasileiro —consolidações estatísticas da situação atual das concessões, licenciamento, autorizações de pesquisa e pedidos de pesquisa", trabalho realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sob coordenação de Francisco Rego Chaves Fernandes.

Segundo esse estudo, baseado em dados oficiais do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), da área total (em km<sup>2</sup>) bloqueada por concessões de pesquisa ou de lavra mineral, 38,1% estão cedidas a empresas estrangeiras (18,3% só para British Petroleum/Brascom), 35% às empresas privadas nacionais (6,3% só para o Paranapanema) e apenas 26,9% às empresas estatais nacionais.

Quanto ao número de concessões solicitadas, 42% se referem a empresas estrangeiras, 23,8% para as empresas privadas nacionais e 29,2% para as empresas estatais.

Essa é a situação atual da profunda internacionalização e

privatização da exploração mineral no país e que representa a verdadeira ameaça à soberania nacional e o esbulho dos interesses brasileiros. A política mineral está efetivamente fora do controle do Estado, pois o DNPM converteu-se num verdadeiro "lobby" dos interesses privados. Mas nada disso vem chamando à atenção dos constituintes ou da grande imprensa nacional, que preferem atacar sistematicamente os índios, as igrejas e as entidades não-governamentais, como se estes fossem os "conspiradores" contra a segurança nacional e a integridade do território brasileiro.